

A ESTABILIDADE

10-3-66

Rubem Braga

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE escreveu ontem uma crônica deliciosa sobre um assunto triste. O Governo está ameaçando acabar com a estabilidade que a lei assegura aos trabalhadores com mais de dez anos de serviço na mesma empresa, substituindo-a por um seguro-desemprego. Toda gente sabe que essa coisa de estabilidade funciona mal. Mas a verdade é que funciona. E como um guarda-chuva furado, com varetas quebradas, diz Drummond. O Governo quer tirá-lo da mão do trabalhador, jogando-o fora, sob a alegação de que não presta, é uma droga. E em troca lhe dá uma promessa...

Anota Drummond que o tal seguro-desemprego já está previsto na Lei Orgânica da Previdência Social, de 1960, «para atender a situações excepcionais de crise ou calamidade pública», quando seria «custeado pela União e pelos empregadores». Pois bem: nos estudos em andamento o custeio do seguro já não incumbirá à União e aos empregadores, como está na lei, mas a empregadores e empregados...

Alega-se que os jornalistas como CDA, e os líderes trabalhistas, que se estão pronunciando em defesa da lei da estabilidade, contra a nova lei, são pelo menos levianos, pois não conhecem os termos da nova lei. Ora, os trabalhadores não conhecem os termos da nova lei, mas conhecem o Governo, em cujos gabinetes ela se elabora. Sabem, por uma experiência de dois anos, que dali não sai iniciativa alguma, providência alguma a favor de trabalhador nenhum.

Se o governo passado exagerava seus rapapés aos trabalhadores, entregando-se à mais franca demagogia, o atual marca sua ação pelo exágono contrário. Os tecnocratas que o comandam com sua suficiência e seu jargão precioso (que importa que o custo de vida tenha subido em dois meses 10%, que era o aumento previsto para um ano, se isso foi devido a fatores atípicos?) são homens de gabinete, com o mais sincero desprezo pela massa de trabalhadores e pelo povo ignaro. Confiam em sua paciência, em sua ilimitada resistência, e os tratam como cobaias em seus laboratórios de ciências econômicas e sociais.

Até agora tinham sido abolidas vantagens de certas classes de trabalhadores. A grande massa deles tinha sido prejudicada em seus interesses pela política econômico-financeira e salarial do Governo; até agora, entretanto, não se ousara tocar na legislação trabalhista, nas garantias e direitos que a Constituição e as leis asseguram aos empregados. E mais: desde os primeiros dias da Revolução o Governo assegurara solenemente aos trabalhadores que esses direitos seriam respeitados.

Que trabalhador, por mais ingênuo, pode acreditar que o Governo se lembrou de repente do instituto da estabilidade para alterá-lo a seu favor? «Essa, não!» — é a grita geral. Faça o Governo o que bem entender, já que ele tudo pode. Temos aí polícia com bastão americano e Exército com unidades motorizadas para garantir a ordem — e a obediência das massas.

O povo, ao que parece, suportará tudo. Apenas não é justo esperar que ele agradeça rindo. Quando ele ri, dói...